

**Conferência A Estratégia Portugal 2030 à luz dos
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**

Porto, 23 de março de 2018

Comentário final

José Reis

Este comentário consiste em três notas com as quais represento as principais ilações que retirei da tarde de trabalho que tivemos. É um exercício seletivo (seleciono alguns aspetos e faço-o de forma necessariamente pessoal) e, obviamente, provisório. Provisório, pois trata-se apenas de começar a encaminhar questões que hão de ser validadas colegialmente no âmbito do CNADS, tendo em vista formular uma opinião (comentário ou parecer) que, ao contrário do que vou dizer, será de natureza institucional.

Antes, porém, quero sublinhar uma dimensão importante desta conferência. Entre outras coisas, estivemos a ouvir pessoas e entidades que têm perspetivas sobre a matéria. E pode-se acrescentar que serviu também para tomarmos conhecimento de experiências, nos vários sentidos do termo, que são indiscutivelmente relevantes. Embora não se limitando a ele, o último painel ilustra bem o que acabo de dizer. Ouvimos tudo e não se trata de sumariar.

Eis agora os meus três pontos.

1. Este ponto é contextual. De tudo o que ouvi, parece-me que há um conjunto de aspetos relacionados com a nossa matéria que podemos tomar como adquiridos. Num pequeno recuo histórico em que se misturem três planos – o “planetário”, o europeu e o nacional – admito que é razoável pressupor:

- a) Que a *performance* portuguesa quanto à política estrutural europeia e aos fundos comunitários tem sido positiva – boa capacidade de absorção; impacto significativo; alinhamento com os aspetos regulamentares.
- b) Que a nossa posição não pode ignorar alterações ocorridas à escala internacional mais ou menos recentemente: liberalização comercial; elevada sensibilidade portuguesa ao alargamento a leste da UE; predominância das lógicas financeiras no quadro europeu e mundial.
- c) Que persiste uma elevada perifericidade nacional no contexto europeu ilustrada pela baixa qualificação do sistema produtivo e, portanto, da mão-de-obra mais procurada; fragilização produtiva; diminuto investimento; baixo crescimento; desintegração territorial interna; endividamento externo promovido pela banca; dinâmica exportadora através dos serviços; divergência face à média da UE em vez de convergência.
- d) Que persistem em todas as escalas, incluindo a planetária, problemas (muitos deles agravados) de sustentabilidade, de inclusão ou apenas de acesso ao bem-estar e que emergem problemas, como o das alterações climáticas, ou outros que adquiriram um novo significado, caso das desigualdades ou da paz (todos bem presentes nos ODS).
- e) Que conhecemos a ambição passada da Europa, mas não conhecemos a sua ambição presente nem a futura.

2. O segundo ponto é acerca do ciclo de políticas públicas perante o qual nos encontramos hoje. Parece-me que, entre outras, ele assenta nas seguintes características:

- a) Uma levada confiança na transversalidade das medidas (o Secretário de Estado Nelson Souza sublinhou este aspeto na sessão de abertura).
- b) Uma orientação predominante para políticas de otimização, de eficiência, de conectividade e de inovação (que são, geralmente, políticas pró-mercado). Convido-vos a analisar os eixos do Portugal 2030 nesta perspetiva; creio que encontramos abundantes exemplos do que acabo de sugerir.
- c) De forma coerente com o ponto anterior, há uma preocupação de interiorizar problemas de sustentabilidade, de acesso e de inclusão. São aspetos muito presentes na discussão social e política, tanto internacionalmente (os ODS confirmam-no) com internamente.
- d) Crescentes restrições para a ação pública e para um Estado que vê uma boa parte do seu papel limitado à enunciação de objetivos mais do que a uma ação direta, como aconteceu noutras fases da política estrutural em que havia uma elevada consonância entre objetivos e financiamentos, por uma lado, e ação pública, por outro.
- e) Em contraste com outros ciclos em que a orientação dos financiamentos, os consensos políticos e a substância das políticas públicas se dirigiam à coesão territorial do país, o território está agora ausente, salvo quando serve para exemplificar as referidas políticas de eficiência: será por boas ou por más razões que nos primeiros ciclos de fundos estruturais europeus Portugal formulou um plano de desenvolvimento regional e agora já não se faz isso?

3. Admitindo as questões anteriores, este terceiro ponto consiste numa pergunta: como compatibilizar políticas públicas focadas em objetivos de eficiência, inovação, conectividade e sustentabilidade com a circunstância de, entretanto, a montante de tudo isto, a vida material do país apresentar notórios indícios de fragilização? Estou a pensar nas dimensões materiais (estruturais) da economia (indústria e especialização industrial, qualidade do sistema produtivo) e da sociedade (sistema regional e territorial; sistema urbano).

Termino com uma perspetiva positiva: no meu entender, percebemos hoje aqui que há capacidade para resolver este dilema. Com a intervenção do Presidente da Câmara de Loulé, Vítor Aleixo, vimos que há uma escala municipal em que acontecem situações de grande inteligência local que permitem que os dois planos (o material e o da eficiência) se conjuguem bem. Com a intervenção do Vice-Presidente da CCDR Norte, Ricardo Magalhães, foi-nos lembrado que a escala regional detém, em geral, uma grande capacidade de racionalização destas matérias.